

***RECORTE SOBRE POLÍTICAS PÚBLICAS DESTINADAS À ATIVIDADE
CANAVIEIRA NO BRASIL E EM GOIÁS******CUTTING UP ON PUBLIC POLICIES AIMED AT THE CANEER ACTIVITY IN
BRAZIL AND GOIÁS******ACTUALIZAR LAS POLÍTICAS PÚBLICAS DIRIGIDAS A LA ACTIVIDAD DE
CANEER EN BRASIL Y GOIÁS***

39

Marcos Antonio Marcelino
Faculdade de Anicuns (FA)
marcosmarcelino073@gmail.com

Eder Luz Xavier dos Santos
Universidade Estadual de Goiás (UEG)
ederpadrao@gmail.com

RESUMO: Ao fazer uma discussão sobre políticas públicas diretamente, esta se refere à ação do Estado, pois, esse é o ente legal que as conduzem. Tal ação é direcionada ao território nacional, que por sua vez atende a interesses econômicos conjunturais. No que se refere à atividade canavieira no Brasil remonta-se a fase colonial quando essa se voltava para enriquecimento de Portugal. No início da implantação da atividade canavieira no Brasil as lavouras estendiam-se, pelo litoral nordestino e posteriormente à região Sudeste. As conjunturas de valorização comercial da atividade direcionaram as ações do Estado brasileiro para migração desta produção para a região Centro Oeste, com destaque ao Estado de Goiás. Nesse sentido, foram desenvolvidas análises e reflexões com objetivo de compreender a atuação do Estado no exercício das políticas públicas e suas relações com a atividade canavieira, parte-se do princípio que no sistema capitalista de produção o Estado é um agente que transfere recursos públicos para o setor privado. Para tanto, tem-se como base metodológica a pesquisa qualitativa com revisão bibliográfica de pesquisadores e órgãos governamentais que tratam o assunto, no intuito de evidenciar a geopolítica do Estado, perante a atividade canavieira. Por fim, percebeu-se que a referida atividade no Brasil e em Goiás, sempre teve como vértice a atuação do Estado pela via das políticas públicas.

Palavras-chave: Atividade canavieira. Estado. Políticas públicas.

ABSTRACT: When making a discussion about public policies directly, it refers to the State's action, because this is the legal entity that leads them. Such action is directed to the national territory, which in turn serves economic interests. With regard to sugar cane activity in Brazil, the colonial phase goes back to when it turned to enriching Portugal. At the beginning of the implantation of the sugarcane activity in Brazil, the crops extended, along the northeastern coast and later on to the Southeast region. The conjunctures of commercial appreciation of the activity directed the actions of the Brazilian State to migrate this production to the Midwest region, especially the State of Goiás. In this sense, analyzes and reflections were developed in order to understand the State's performance in the exercise of policies and its relations with sugar cane activity, it is assumed that in the capitalist production system the State is an agent that transfers public resources to the private sector. For this purpose, the qualitative research is based on a qualitative research with a bibliographic review of researchers and government agencies that portray the subject, in order to highlight the geopolitics of the State, in the face of sugarcane activity. Finally, it was noticed that the aforementioned activity in Brazil and in Goiás, always had as a vertex the State's performance through public policies.

Keywords: Sugarcane activity. State. Public policy.

RESUMEN: Al hacer una discusión sobre políticas públicas directamente, se refiere a la acción del Estado, porque esta es la entidad legal que las lidera. Dicha acción se dirige al territorio nacional, que a su vez sirve a los intereses económicos. Con respecto a la actividad de la caña de azúcar en Brasil, la fase colonial se remonta a cuando se convirtió en enriquecer a Portugal. Al comienzo de la implantación de la actividad de la caña de azúcar en Brasil, los cultivos se extendieron a lo largo de la

costa noreste y luego a la región sudeste. Las coyunturas de apreciación comercial de la actividad dirigieron las acciones del Estado brasileño para migrar esta producción a la región del Medio Oeste, especialmente al Estado de Goiás. En este sentido, se desarrollaron análisis y reflexiones para comprender el desempeño del Estado en el ejercicio de políticas y sus relaciones con la actividad de la caña de azúcar, se supone que en el sistema de producción capitalista el Estado es un agente que transfiere recursos públicos al sector privado. Para este propósito, la investigación cualitativa se basa en una investigación cualitativa con una revisión bibliográfica realizada por investigadores y agencias gubernamentales que retratan el tema, con el fin de resaltar la geopolítica del Estado, frente a la actividad de la caña de azúcar. Finalmente, se observó que la actividad mencionada en Brasil y en Goiás siempre tuvo como vértice el desempeño del Estado a través de políticas públicas.

Palabras-clave: Actividad de la caña de Azúcar. Estado. Política Pública.

INTRODUÇÃO

As primeiras plantações de cana-de-açúcar no Brasil se deram em meados do século XVI, na região Nordeste do Brasil, com destaque aos Estados do Pernambuco e da Bahia. Nesse momento, como afirma Furtado (1998), a principal fonte econômica da atividade canavieira era o açúcar, dado seu valor comercial na Europa. A exportação era objetivo principal da produção e o que garantia renda e controle da colônia por parte de Portugal. De acordo com Prado Júnior (1998), o açúcar extraído da cana-de-açúcar, que era plantada no Brasil, possibilitava expressivos lucros à metrópole.

“O estudo de políticas públicas é caracteristicamente idealizado como o nexo entre o pensamento e a ação – a teoria e a prática.” (PEDONE 1986, p. 8). O comando do Estado no território brasileiro tem início no período colonial dado por Portugal, que impunha as leis de acordo com o interesse econômico da metrópole colonizadora. Neste viés o governo de Portugal introduziu a cana-de-açúcar como recurso de produção com o uso do trabalho de mão de obra escrava proveniente do negro africano, em solo de massapé, muito produtivo para o cultivo, além do capital investido pelo Estado português.

Com o fim do período colonial, os investimentos e as políticas públicas se intensificam em prol da atividade canavieira, propagando-a como principal atividade econômica brasileira. De acordo com Pinheiro (2014, p. 5) “Os recursos de produção são também chamados de fatores de produção (trabalho, terra e capital) que definem o potencial produtivo do sistema econômico”.

No final do século XX e início do XXI, o Estado, através de políticas públicas com interesses do setor privado, passou a fazer novos investimentos na atividade canavieira, trazendo divisas econômicas para o setor. Neste contexto o Estado de Goiás

se fortaleceu com os investimentos nas usinas já existentes e na criação de novas unidades produtoras, o que proporcionou o aumento de área plantada e a produtividade de cana-de-açúcar em seu território (MARCELINO, 2016).

Os fatos pesquisados se adéquam as estratégias temporais e econômicas no viés da administração pública em parcerias com as instituições privadas. Matias-Pereira (2012) argumenta que as políticas públicas podem ser entendidas como: metas, programas, princípios e objetivos da ação governamental definida a partir dos processos decisórios politicamente mediados com vistas a orientar, articular e coordenar a atuação de agentes públicos e privados e a alocação de recursos públicos e privados.

O desenvolvimento da atividade canavieira no Brasil

A formação econômica do Brasil sempre esteve atrelada à participação do Estado com a atividade canavieira, desde o período de colonização passando por diversas fases. Neste contexto a referida atividade ganhou destaque no início do século XX, a partir do fortalecimento entre o Estado nacional e as empresas privadas do setor, que foi dinamizado com vultosos investimentos financeiros. De acordo com Matias-Pereira (2012, p. 56) “A expansão das funções do governo na economia brasileira, a partir da década de 1930, decorreu da necessidade de uma intervenção no processo de distribuição da renda nacional, bem como pela evolução dos princípios teóricos das finanças públicas”.

Com a criação de várias estatais ocorreram fortalecimentos das relações burocráticas entre o Estado e as empresas privadas:

A burocracia de Estado e a burocracia das empresas estatais – dois grupos que teriam entre si seus conflitos, mas que seriam principalmente solidários na busca, de um lado, de maior poder e prestígio, e de outro, de êxito no projeto de desenvolvimento nacional em curso. Os dois grupos técnicos ou modernos da burocracia, por sua vez, ganhavam melhores condições para se associar aos empresários privados. Conforme observa Martins, "de um lado", a junção dos empresários como os "grupos técnicos" da burocracia no interior do aparelho do Estado; de outro lado, o fato de ser colocada em pé de igualdade com os empresários permite à tecnocracia adquirir a "liberdade" necessária para planejar o desenvolvimento capitalista a partir de critérios 'universalistas'. (MARTINS, *apud* PEREIRA, 2006, p. 16).

Sendo assim, devido a conjuntura de investimentos do Estado em empresas privadas do setor canavieiro, foi instituído em 1933 o Instituto do Álcool e Açúcar

(IAA), que representou nova fase do setor agrário brasileiro promovendo várias mudanças na atividade canavieira. O IAA foi criado “com o objetivo de dirigir, intervir, fomentar e controlar a produção de açúcar e álcool do país.” (BRAY; FERREIRA; RUAS, 2000, p. 14). Foram políticas para combater a crise mundial de 1929, sentida na agricultura brasileira.

As medidas promovidas por Getúlio Vargas diante do decreto 19.717 de 20 de janeiro de 1931 obrigou a adição de 5% de álcool à gasolina não produzida no Brasil. Ao passo, que o IAA resultou na redução da dependência brasileira diante da importação de petróleo.

A criação do Instituto do Álcool e Açúcar (IAA) criado por Getúlio Vargas em 1933 o setor passou a ser regulamentado, recebendo incentivos para produção e exportação do açúcar o que favoreceu o crescimento do setor principalmente no estado de São Paulo, que faria a região sudeste superar a região do nordeste em área plantada de cana-de-açúcar. (THEODORO, 2011, p. 17).

Com o surgimento do IAA, ocorreram várias atribuições, entre as quais, algumas são apontadas como as mais importantes para o setor, com intuito da supressão da crise mundial no âmbito da agricultura no país.

O controle das exportações do açúcar brasileiro; ser uma instituição autorizada para comprar com exclusividade o açúcar do mercado nacional e a centralização de todo processo produtivo da cana-de-açúcar no Brasil. Todavia, foi necessário também o apoio da economia privada, incentivos do Estado e o irrestrito apoio do IAA, onde a atividade canavieira prosperou até o final da década de 1970, especialmente no Estado de São Paulo que se tornou líder nacional do setor. (MARCELINO, 2016, p. 48).

Até o início da década de 1970, o açúcar foi considerado o principal produto econômico da atividade canavieira no Brasil, quando o álcool combustível passa a dividir as atenções, contudo, essa situação foi desencadeada pela crise do petróleo no Oriente Médio em 1973, a qual, para Santana (2006, p.159) “Criou-se as condições políticas para o aumento do preço do barril do petróleo por meio da ação coletiva dos membros da Organização dos Países Exportadores de Petróleo – OPEP”. Então, o álcool combustível surge como possibilidade para substituir o consumo do petróleo e para equilibrar os preços. De acordo com Matias-Pereira (2012, p.97) “A crise que se abateu sobre o Estado na década de 70 permitiu o surgimento de novas idéias”.

Nesse sentido, Pamplona (1984), destaca a criação do Programa Nacional do Álcool (PROÁLCOOL), em 14 de novembro de 1975 pelo Decreto n° 76.593, que tinha como objetivo estimular a produção de álcool, com o atendimento das necessidades do

mercado interno e externo. Sendo que, o programa do governo forneceu vultosos investimentos com financiamentos e juros baixos, com a contribuição para a modernização e implantação de destilarias, além de incentivo em pesquisa genética para melhoria da qualidade da cana e compra de novas máquinas e implementos agrícolas, visa-se com essas ações a otimização e o aumento a produção.

Como afirma Melo e Fonseca (1981), o PROÁLCOOL teve como finalidade aumentar a produção das safras agroenergéticas e a capacidade industrial de transformação, para obtenção de álcool em substituição ao petróleo e seus derivados, em especial, a gasolina e o incremento de seu uso no setor químico. De acordo com Brandão (1985), a motivação do programa ocorreu através do:

Decreto nº 76.593, de 14 de novembro de 1975, que instituiu o Programa Nacional do Álcool (Proálcool), sob cuja égide o Brasil ingressaria na era nova do álcool motor, numa das mais audaciosas e singulares aventuras econômica-sociais já registradas no mundo e na história das civilizações ocidentais. Possivelmente, a nossa verdadeira Revolução Industrial. (BRANDÃO, 1985, p. 222).

No entanto para Oliveira; Mendes (2014), a evolução aconteceu dividida em três fases, da seguinte forma: A primeira ocorreu de 1975 a 1979: por meio da utilização direta da cana para a fabricação do álcool, pois antes esse era um subproduto do açúcar. Foram subsídios que incentivaram a construção de destilarias voltadas para a produção do álcool combustível.

A segunda se deu de 1980 a 1985: delineado pelo choque do petróleo em 1979, contexto em que o governo federal manteve a política de subsidiados para construção de usinas com capacidade de produção superior a 60 mil litros diários. Esse fato condicionou a concentração de renda para empresários já consolidados na produção do açúcar, com a formação do monopólio capitalista açucareiro. Nesse período ocorreu a expansão do setor para outros Estados, tais como: Paraná, Mato Grosso do Sul, Minas Gerais, Goiás e Mato Grosso, afirmando, nesse sentido, a hegemonia do setor no eixo Centro-Sul.

Enquanto o terceiro momento ocorreu de 1985 a 1990 com mudanças no aporte financeiro caracterizada pelo corte dos financiamentos e subsídios para a instalação de novas usinas o que atingiu o IAA, o qual foi extinto no início da década de 1990.

Contudo, a recuperação da atividade canavieira ocorre somente no final da década de 1990, por meio das algumas implementações que impactaram de assertivo e

direto o setor envolvido. Neste contexto, Oliveira; Mendes (2014) destaca que o governo brasileiro inicia uma política de incentivo ao setor, direcionada pela preocupação com a nova fonte de energia para atender a demanda energética nacional. Para tanto, Chiavenato (2004, p. 165) afirma que, “Cada organização cultiva e mantém a sua própria cultura”. Sendo assim, justificado pela retórica da sustentabilidade, ocorre então à expansão territorial da atividade canavieira no Brasil, sendo direcionada para a região Centro-Oeste, com participação do Estado com as políticas públicas em parceria com as empresas privadas do setor. Nesse contexto ocorreu a aliança entre:

Latifundiários, usineiro-grandes e grupos empresariais do agronegócio canavieiro, instigados pelo mercado internacional e os incentivos do Estado, conquistou, na segunda metade da década de 2000, altos índices de produtividade e desempenho na produção, principalmente, de etanol (álcool etílico). (LIMA, 2011, p. 71).

Percebe-se então, que a localização e migrações das usinas canavieiras no Brasil estão relacionadas à questão de acessibilidade, disponibilidade de mão de obra, além das questões físicas e climáticas de cada região e principalmente das políticas públicas de incentivo financeiro ao setor. Esses fatores possibilitaram a reprodução do capital, de forma a ampliar os lucros e favorecer os interesses dos grupos empresariais do setor que são contemplados com as políticas públicas de financiamentos. De acordo com Batalha (2007, p.163) “As mudanças ao setor representam uma força fundamental e poderosa no mercado, dos quais podem surgir oportunidades”.

Logo com as reestruturações produtivas do capital a atividade canavieira estendeu-se para o Estado de Goiás, devido aos incentivos governamentais e econômicos e das questões físicas (clima, relevo, temperatura, precipitação), além do solo que estava “pronto” para receber a mudas de cana e aguardar a produção. (MARCELINO, 2016, p. 50)

As regiões Nordeste e Sudeste, sempre foram destaques na produção nacional de cana-de-açúcar, porém os empresários do setor começaram a migrar suas atividades produtivas para Região Centro-Oeste.

Os usineiros nordestinos estão se expandindo para a região central do Brasil, onde encontram melhores condições climáticas, solos propícios, água em abundância que possibilite a irrigação no período da seca, tudo isso favorece a produção, boa produtividade por hectare, logística (acessibilidade, rodovias etc.) e preços de terrenos relativamente baixos. Por localizar-se estrategicamente, Goiás apresenta a maior produção canavieira da região Centro Oeste. Detém melhor logística com acesso rodoviário e ferroviário aos portos mais importantes do Brasil. (OLIVEIRA SILVA, 2009, p. 15).

Observa-se então, que diversas usinas produtoras de cana-de-açúcar estão localizadas no Estado de Goiás, onde a logística é bastante eficaz. De acordo com Ballou (2006, p. 29), “logística é o processo de planejamento, implantação e controle do fluxo eficiente e eficaz de mercadorias, serviços e das informações relativas desde o ponto de origem até o ponto de consumo com o propósito de atender às exigências dos clientes”. A logística no território goiano é determinada pela extensão de rodovias estaduais e/ou federais que ligam as usinas produtoras de açúcar aos portos que facilitam a exportação do produto, além das distribuidoras de combustíveis localizadas em pontos estratégicos do Estado. Segundo Oliveira; Caixeta (2007, p. 827), “O modal rodoviário é o predominante para o transporte de açúcar”. Enquanto Batalha (2007), descreve que a principal função da atividade de transporte na logística é agregar valor ao produto, pois os mesmos não são consumidos no mesmo local em que são produzidos.

Neste contexto, o Estado de Goiás adere sua participação consistente na atividade canavieira, principalmente a partir do início do século XXI, quando o setor coloca a região no circuito das grandes produtoras de açúcar e etanol para o mercado interno e externo, além do aproveitamento energético (geração de energia).

Materiais e métodos

Para tanto, tem-se como base metodológica a pesquisa qualitativa com revisão bibliográfica de pesquisadores e órgãos governamentais que retratam o assunto, com intuito de evidenciar a geopolítica do Estado, do Capital e da atividade canavieira no Brasil e em Goiás.

A pesquisa foi feita seguindo uma abordagem qualitativa. A abordagem qualitativa não apresenta números ou estatísticas a respeito do fenômeno estudado. Ela não procura enumerar ou medir os eventos investigados, nem emprega qualquer tipo de instrumental estatístico para a análise dos dados. Ela envolve os dados descritivos sobre os processos que são observados pelo contato direto do pesquisador com o fenômeno estudado e busca compreender esses fenômenos sob as perspectivas dos sujeitos, ou seja, daqueles que realmente estão envolvidos nos processos estudados. (GODOY, 1995).

Tozoni-Reis (2007) estabelece que na pesquisa qualitativa o pesquisador é o principal instrumento, atuando como o protagonista da pesquisa. Não é apenas um espectador, ele busca desvendar os fatos indo além da simples observação e busca descobrir os significados mais profundos do objeto de estudo.

A pesquisa bibliográfica tem evoluído com o passar dos anos. Há alguns anos atrás, a mesma se limitava apenas a materiais impressos como livros, jornais artigos, teses, dissertações, entre outros. No entanto Gil (2010) estabelece que em virtude da disseminação de novos formatos de informação, essa pesquisa passou a incluir outros tipos de fontes, como discos, fitas magnéticas, bem como o material disponibilizado pela internet.

Para formalizar a pesquisa foi necessário abranger apontamentos teóricos com estudos e pesquisas em livros, artigos, dissertações, teses e *sites* especializados que retratam o assunto pesquisado, abordando as fases e períodos históricos dos investimentos na atividade canavieira ao longo do tempo, além dos projetos governamentais voltados ao setor.

A Expansão da atividade canavieira no Estado de Goiás

A atividade canavieira no contexto de políticas públicas de financiamentos motivou a migração de usinas para o Estado de Goiás. Este fato é entendido como reflexo da (re)estruturação do capital no Brasil e em Goiás respectivamente. Portanto, com ocorrência de (re)arranjos espaciais que são apropriados e usados para fortalecer a atividade canavieira em Goiás e que é assegurado também que o setor segue os preceitos da modernização do campo, inclusive com a participação financeira do Estado. De acordo com Pinheiro (2014, p. 190) “A empresa em fase de crescimento necessita de recursos financeiros para financiar seus projetos de expansão”. A expansão da cana-de-açúcar em Goiás nos últimos anos são reflexos de novos projetos industriais e inovadores no setor, com o objetivo de suprir a demanda de outros países e abastecer o mercado interno, atendendo as necessidades mundiais de geração de “energia limpa”.

Segundo (Ferreira, 2008). O maior dinamismo da produção de cana-de-açúcar em Goiás origina-se de fatores intrínsecos à região, com melhores condições físicas, ou seja, solos férteis e clima propício, além do ambiente econômico estimulador de

mudanças tecnológicas, com maiores esforços de pesquisa. Todo este aparato se traduz na adaptação e introdução de novas variedades de cana mais produtivas e de menores custos agrícolas.

A cana-de-açúcar em Goiás registrou crescimento significativo para a economia goiana nos últimos anos. A produção saltou de 10,163 milhões de toneladas, em 2000 para 48,000 milhões de toneladas em 2010, com uma expansão de 372,3%. A área colhida no mesmo período cresceu 315,7%. O expressivo aumento na produção é resultado da instalação de dezenas de usinas do setor sucroenergético em Goiás, atendendo ao crescimento da demanda pelos derivados do produto como etanol e açúcar. O setor sucroenergético possuía, em 2005, apenas 14 usinas de açúcar e etanol em Goiás, saltando para 36 até o ano de 2010. A produção também atingiu números significativos, em 2005, Goiás produziu 749,838 mil toneladas de açúcar e em 2010 a produção passou para 1,798 milhão de toneladas. Quanto ao etanol, a produção goiana em 2005 foi de 729 milhões de litros, já em 2010, a produção atingiu 2,896 bilhões de litros. (SEGPLAN-GO, 2011).

De acordo com Marcelino (2016), essa realidade é resultante de investimentos na genética e na modernização de produção nos últimos anos, passou-se a produzir maior quantidade em menor espaço, além da expansão para novas áreas que eram destinadas ao plantio de grãos ou pecuária. Essa realidade tem despontado desde o início do século XXI, como nova área de expansão do cultivo de cana no Estado de Goiás que representa uma nova hegemonia na economia agrícola goiana.

Tabela 1 – Área plantada e produção de cana-de-açúcar em Goiás - 2001/2017.

Lavoura Temporária Goiás 2001-2017 = Cana-de-açúcar		
Períodos	Área plantada (hectares)	Produção (toneladas)
2001	129.921	10.253.497
2002	145.069	11.674.140
2003	164.861	12.907.592
2004	176.328	14.001.079
2005	200.048	15.642.125
2006	237.547	19.049.550
2007	278.000	22.387.847
2008	416.137	33.112.209
2009	524.194	43.666.585
2010	578.666	48.000.163
2011	697.541	54.903.085
2012	732.870	58.348.797
2013	860.482	69.376.714
2014	885.002	69.116.761
2015	930.052	77.500.076
2016	931.342	76.300.128
2017	910.000	70.001.004

Fonte: IBGE/SEPLAN/2019.

Organização: Pesquisadores (2019).

De acordo com dados apresentados (Tabela 01), percebe-se que o Estado de Goiás apresentava área plantada com cana-de-açúcar de 129.921 ha em 2001, com salto para 200.048 ha no ano de 2005, aumento para 578.666 ha em 2010 e 931.342 ha no ano de 2016. Em relação à produtividade em toneladas a produção em 2001 era de 10.253.497 toneladas, em 2005 eram de 15.642.125, e aumento para 76.300.128 em 2016. É possível observar aumento vertiginoso de toneladas entre os anos de 2001/2016. “Este aumento foi impulsionado pelo uso de novas tecnologias, porém o aumento da agroindústria canavieira está intimamente ligado a incorporações de áreas já existentes.” (RODRIGUES ORTIZ, 2006, p. 45). Segundo Ferreira (2008, p. 1) “A maior lucratividade do setor sucroalcooleiro goiano, por sua vez, encoraja mais investimentos em busca de maior eficiência, o que leva ao crescimento”. Na safra de 2016/17 a área em produção se manteve estável e ocorreu uma redução da produtividade média. A produção ficou menor se comparada ao mesmo período do ano anterior, com 76.300.128 e 70.001.004 mil toneladas, respectivamente.

A produção de cana-de-açúcar em Goiás tem destaque principalmente na Mesorregião do Sul do Goiano, onde se concentra a maioria das usinas de álcool e açúcar do Estado de Goiás.

Tabela 2 – Usinas instaladas nos Municípios do Estado de Goiás.

Usinas de álcool e açúcar	Municípios	Mesorregiões
Usina Canadá S/A	Acreúna	Sul Goiano
Cotril Açúcar e Álcool Ltda	Acreúna	Sul Goiano
Anicuns S/A Álcool e Derivados	Anicuns	Centro Goiano
Nardini Agroindustrial Ltda	Aporé	Sul Goiano
Rio Claro Agroindustrial S/A – Odebrecht agroindustrial	Caçu	Sul Goiano
Usina Cachoeira Dourada	Cachoeira Dourada	Sul Goiano
CRV industrial Ltda	Carmo do Rio Verde	Centro Goiano
Usina Porto das Águas	Chapadão do Céu	Sul Goiano
Tropical Bioenergia S/A	Edéia	Sul Goiano
Jalles Machado S/A	Goianésia	Centro Goiano
Usina Goianésia S/A	Goianésia	Centro Goiano

GOIASA – Goiatuba Álcool Ltda	Goiatuba	Sul Goiano
Bom Sucesso Agroindustrial	Goiatuba	Sul Goiano
Centroálcool S/A CENASA	Inhumas	Centro Goiano
LASA – Lago Azul S/A	Ipameri	Sul Goiano
Vale Verde Empreendimentos Agrícola Ltda	Itapaci	Centro Goiano
Vale Verde Empreendimentos Agrícola Ltda	Itapuranga	Centro Goiano
Energética do Cerrado Açúcar e Álcool Ltda	Itarumã	Sul Goiano
Tropical Bionergia S/A	Itumbiara	Sul Goiano
Vale do Verdão S/A	Itumbiara	Sul Goiano
DENUSA – Destilaria Nova União S/A	Jandaia	Sul Goiano
COSAN – Centro Oeste S/A Açúcar e Álcool	Jataí	Sul Goiano
Breco – Usina Morro Vermelho – Odebrecht Agroindustrial	Mineiros	Sul Goiano
Destilaria Serra do Caiapó S/A	Montividiu	Sul Goiano
COSAN – Centro Oeste S/A Açúcar e Álcool	Montividiu	Sul Goiano
CEM – Central Energética de Morrinhos	Morrinhos	Sul Goiano
COSAN – Centro Oeste S/A Açúcar e Álcool	Paraúna	Sul Goiano
Breco – Usina Perolândia – Odebrecht Agroindustrial	Perolândia	Sul Goiano
Usina Quixabá Fabrica de Açúcar e Álcool	Pontalina	Sul Goiano
Usina São Paulo Energia e Etanol S/A	Porteirão	Sul Goiano
Usina Boa Vista S/A	Quirinópolis	Sul Goiano
Usina São Francisco	Quirinópolis	Sul Goiano
DECAL – Destilaria Catanduva Ltda	Rio Verde	Sul Goiano
COOPER – RUBI – Cooperativa Agroindustrial de Rubiataba	Rubiataba	Centro Goiano
Usina Santa Helena de açúcar e Álcool S/A	Santa Helena	Sul Goiano
Floresta S/A Açúcar e Álcool	Santo Antônio da Barra	Sul Goiano
Energética São Simão S/A	São Simão	Sul Goiano
Energética Serranópolis Ltda	Serranópolis	Sul Goiano
Usina Ouro Verde S/A	Silvânia	Sul Goiano

Vale do Verdão S/A	Turvelândia	Sul Goiano
Uruaçu Açúcar e álcool Ltda	Uruaçu	Norte Goiano
Caçú Industria e Comércio de Açúcar e Álcool Ltda	Vicentinópolis	Sul Goiano

Fonte: SEPLAN/SIFAEG 2019

Organização: Pesquisadores (2020).

Como apresentado (Tabela 02), o Estado de Goiás possui um total de quarenta e duas usinas, com destaque à Região Sul Goiana com trinta e uma unidades, que está em consolidação com maior número de usinas de álcool e açúcar do Estado, tal expansão contribui com significativas divisas econômicas para a Região, para o Estado de Goiás.

Verifica-se que os governos estaduais e locais, no Brasil, em decorrência da existência de externalidades no campo das políticas públicas – formulação, implementação e financiamento -, transferem poder e recurso ao governo central para materializá-los em nome do interesse geral (supraestadual ou supralocal). (MATIAS-PEREIRA, p. 265)

Entretanto, o fator que pode ter propiciado essa condição foi quando o Estado fortaleceu os investimentos no setor através das políticas públicas e programas de governos, inclusive com participação de financiamentos do governo federal e estadual, além dos incentivos das prefeituras interessadas em que as usinas se instalassem em seus Municípios (Fotografia 01).

Fotografia 01 – Placa de identificação dos programas de crédito em usina da Região Sul de Goiás.



Fonte: Pesquisadores (2019).

Essas facilidades são proporcionadas pelas políticas públicas que foram formuladas principalmente por iniciativa do poder executivo do Estado de Goiás, que são ativadas, a partir de demandas e propostas das empresas privadas, ligadas à atividade canavieira, além de outros seguimentos industriais. Para Marcelino (2016, p. 56) “Estas ações tiveram como destaque o projeto *produzir*, que foi criado pelo poder Executivo do Estado de Goiás no final do século XX e início do XXI”.

De acordo com a lei nº 13.591, de 18 de janeiro de 2000, da “instituição do Produzir” ficam estabelecidos que o referido programa é uma iniciativa do Governo do Estado de Goiás que incentiva a implantação, expansão ou revitalização de indústrias, com estímulos a realização de investimentos, a renovação tecnológica e o aumento da competitividade estadual. (SEFAZ, 2011).

No contexto das políticas públicas para a atividade canavieira no âmbito do governo federal, observa-se a participação do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). “O BNDES é um órgão vinculado ao Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior e tem o objetivo apoiar empreendimentos que contribuam para o desenvolvimento do Brasil.” (PINHEIRO, 2014, p. 77). Neste sentido o referido banco subsidia implementações em benefícios fiscais e financeiros, como carência e juros baixos, com benefícios aos grandes grupos empresariais que são atraídos para o Estado de Goiás que disponibiliza terras com preços baixos (em relação à região Sudeste), disponibilidade hídrica, solos férteis entre outros, permite-se a redução do custo de produção e aumento de lucro. Segundo Mendonça (2004), o Estado na atualidade exerce a função de agenciador das produções econômicas de seus territórios, com a atração de empreendedores de outras partes com incentivos a produção interna. Para Marcelino (2016, p. 57):

Outro fator primordial para o investimento da atividade canavieira em Goiás são as cotações do etanol e do açúcar, que apresentam grande expressividade no mercado nacional e internacional respectivamente, coma a expansão da economia goiana e principalmente no Sul do Estado, que além dos incentivos financeiros das políticas públicas, apresenta os aspectos físicos que são grandes propulsores ao cultivo da cana-de-açúcar no Estado, o que tem contribuído para desenvolvimento deste modelo de agricultura.

Destarte, a atividade canavieira acaba por exercer influência nas ações políticas no Brasil e no Estado de Goiás, respectivamente. Nesse sentido, as grandes corporações (usinas) capitalistas influenciam as ações dos órgãos públicos. O jogo de interesse do

Capital é de adquirir maiores lucros sem investimentos nas áreas ambientais e sociais. Os investimentos supracitados poderiam ser de acordo com as necessidades dos Municípios que têm seus territórios explorados pela atividade canavieira e que os mesmos, sejam beneficiados diretamente com a presença de usinas que geram emprego, porém levam divisas econômicas para outros Estados e regiões, através da exploração do território (MARCELINO. 2016).

Assim sendo, as evidências constataam que o poder público tem influenciado na expansão da atividade canavieira no Estado de Goiás, validando as ações do Capital com o discurso dominante de que o setor representa o “desenvolvimento econômico”. Neste contexto, entende-se que o crescimento econômico acontece em benefício das usinas.

Considerações finais

Com a estabilização da atividade canavieira nas regiões Nordeste e Sudeste, os empresários do setor migraram investimentos em usinas para a Região Centro Oeste do Brasil, tendo o Estado de Goiás como principal receptor, que condicionou políticas públicas internas para induzirem a chegada de novos investidores, além das condições físicas (clima, relevo, solo, temperatura, precipitação), favoráveis ao cultivo da cana-de-açúcar, e da malha viária que facilita a exportação do açúcar e distribuição interna de etanol para as centrais distribuidoras de combustíveis.

Os resultados obtidos desta pesquisa confirmaram entre as variáveis analisadas, em benefício à atividade canavieira como resultada de reestruturações produtivas em decorrência aos interesses governamentais e empresariais de ordem nacional e internacional com ações voltadas para cada período histórico e econômico. Neste viés, observa-se que as políticas públicas direcionadas à atividade canavieira sempre apresentaram a finalidade de incentivos aos empreendimentos privados do setor canavieiro com suporte necessário do Estado, para que ocorra o crescimento e desenvolvimento das empresas privadas, ligadas à atividade canavieira.

Referências

BALLOU, R. H. **Gerenciamento da cadeia de suprimentos: logística empresarial**. 5ªed. Porto Alegre: Bookman, 2006.

BATALHA, M. O. (Coord.). **Gestão Agroindustrial**. Grupo de estudos e pesquisas agroindustriais. 3º Ed. – São Paulo: Atlas, 2007.

BRANDÃO, A. **Cana-de-açúcar: álcool e açúcar na história e no desenvolvimento social do Brasil**. Brasília-DF: Horizonte – INL, 1985.

BRAY, S. C.; FERREIRA, E. R.; RUAS, D. G. G. **As políticas da agroindústria canavieira e o PROÁLCOOL no Brasil**. Marília: UNESP, 2000. p. 104.

CHIAVENATO, I. **Gestão de pessoas**. 2.ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004.

FERREIRA, K. C. **O Mercado Sucroalcooleiro Goiano Pós-desregulamentação na Década de 1990**. 2008. Disponível em: <<http://www.imb.gov.br/pub/conj/conj8/09.htm>>. Acesso em: 07 de junho de 2020.

FURTADO, C. **Formação econômica do Brasil**. 27ed. Cia. Editora Nacional. São Paulo: 1998.

GIL, Antônio C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo: Atlas 2010.

GODOY, A. S. **Introdução a pesquisa qualitativa e suas possibilidades**. RAE artigos, São Paulo, v.35, n. 2, p. 57-63, Mar./Abr. 1995.

IEL - INSTITUTO EUVALDO LODI. **Relatório anual**. Brasília-DF: 2006.

LIMA, de E. C. **Dissidência e fragmentação da luta pela terra na zona da cana nordestina: o estudo da questão em Alagoas, Paraíba e Pernambuco**. Tese (Doutorado em Geografia) apresentada junto a Universidade Federal de Pernambuco, Recife-PE: 2011.

MARCELINO, M. A. **A TERRITORIALIZAÇÃO DO SETOR SUCROENERGÉTICO NO MUNICÍPIO DE MORRINHOS/GOIÁS: transformações territoriais e (Re) Existências**. Dissertação (Mestrado em Geografia) apresentada junto a Universidade Federal de Goiás (UFG), Catalão-GO: 2016.

MATIAS-PEREIRA, J. **FINANÇAS PÚBLICAS: Foco na Política, no Planejamento e Orçamento Público**. 6º Ed. – São Paulo: Atlas, 2012.

MELO, F. H. de & FONSECA, E. G. da. **Proálcool, energia e transportes**. São Paulo: Pioneira/FIPE, 1981.

MENDONÇA, M. R. **A urdidura espacial do capital e do trabalho no Cerrado do Sudeste Goiano**. 2004. 457f. Tese (Doutorado em Geografia) apresentada junto a Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista. Presidente Prudente-SP: 2004.

OLIVEIRA, A. M. K. e CAIXETA, J. V. **POTENCIAL DA LOGÍSTICA FERROVIÁRIA PARA EXPORTAÇÃO DE AÇÚCAR EM SÃO PAULO: recomendações de localização para armazéns intermodais concentradores de carga**. 2007. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, v. 45, n. 4. Brasília: outubro/dezembro 2007, p. 823-853.

OLIVEIRA SILVA, C.; MOTA, E. A. M.; COSTA, R. L. **A expansão sucroalcooleira no Sul goiano (1980-2008): estudos sobre a precarização do trabalho nos canaviais nos Municípios de Goiatuba e Morrinhos**. 58f. il. *Gestão Ambiental*, 2009.

PAMPLONA, C. **Proálcool: Impacto em termos técnico-econômicos e sociais do programa no Brasil**. Piracicaba: setor de comunicação Planalsucar, 93 p. 1984.

PEDONE, L. **Formulação, implementação e avaliação de políticas públicas**. Brasília: Funcep/Enap, 1986.

PEREIRA, A. P. C. **Políticas Públicas e Direitos Humanos Das Mulheres: um estudo sobre a implementação das Políticas Públicas da rede de atendimento à mulher pelo Governo Federal, com enfoque no Estado de Santa Catarina e no Município de Criciúma/SC**. Monografia. Criciúma: Unesc, 2009.

PEREIRA, L. C. B. **Uma nova gestão para um novo estado: liberal, social e republicano**. Ano 2006. Disponível em: <<http://www.bresserpereira.org.br/papers/2001/78Ottawa-p.pdf>>. Acesso em: 20 de maio. 2020.

PINHEIRO, J. L. **Mercado de Capitais: Fundamentos e técnicas**. 7º Ed. São Paulo: Atlas, 2014.

PRADO JUNIOR, C. **História econômica do Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1998.

RODRIGUES, D.; ORTIZ, L. **Em direção à sustentabilidade da produção de etanol de cana-de-açúcar no Brasil**. Instituto Vitae Civilis. Núcleo Amigos da Terra. Outubro/2006.

SANTANA, C. R. **O aprofundamento das relações do Brasil com os países do Oriente Médio durante os dois choques do petróleo da década de 1970: um exemplo de ação pragmática**. In: **Revista Brasileira de Política Internacional**. [online], v.49, n.2 157-177, 2006.

SEFAZ. **Secretaria da Fazenda do Estado de Goiás**. Disponível em: <http://www.sefaz.go.gov.br/>. Acesso em maio de 2020.

SEGPLAN. **Secretaria de Estado de Gestão e Planejamento**. Disponível em: <www.segplan.go.gov.br>. Acesso em: abril de 2020.

THEODORO, A. D. **Expansão da cana-de-açúcar no Brasil**: ocupação da cobertura vegetal do cerrado. Araçatuba-SP: Fatec, 2011.

TOZONI-REIS, Maria F. C. **Metodologia da pesquisa científica**. Curitiba: IESDE, 2007.